

Simonsen diz que, se voltasse ao governo, acabaria com o cruzeiro

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

Se fosse guindado novamente ao cargo de ministro de Estado da área econômica, o professor Mário Henrique Simonsen saberia desde já o que fazer nos primeiros dias de sua administração: "Promoveria a desindexação do sistema, através da indexação nos moldes da proposta elaborada pelo economista André Lara Resende". O autor da idéia, que é professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e um dos dirigentes do Banco Garantia, sugere a criação de uma nova moeda atrelada à ORTN, para a qual seriam convertidos todos os ativos no prazo de doze meses.

Em resposta a uma indagação do senador pelo PMDB, Fábio Lucena, durante o seminário "O mercado de capitais e o desenvolvimento democrático", promovido pelo Codimec no Senado Federal, Simonsen fez questão de esclarecer que raciocinava apenas sobre a hipótese — "que não tem nenhum fundamento" — ao imaginar-se como ministro no próximo governo. Também não quis assumir uma posição formal de apoio a qualquer dos dois candidatos à Presidência da República.

Ao contrário das expectativas, não houve durante o seminário o propalado debate sobre política econômica entre o senador Roberto Campos (malufista confesso) e o professor Mário Henrique Simonsen, que, segundo o release distribuído pela Codimec à imprensa na véspera, foi qualificado como adepto da candidatura de Tancredo Neves. Roberto Campos, que participou do debate como presidente da Comissão de Economia e Finanças do Senado, fez apenas dois comentários à palestra do ex-ministro Simonsen: um deles colocando a situação da alavancagem no mercado acionário japo-

nês e outro opinando que a eutanásia da empresa familiar não é tendência fatal.

ATITUDE RECOMENDADA

Em sua exposição, Simonsen havia tocado na questão do aumento da alavancagem das empresas, ao afirmar que no Brasil a continuidade de crescimento econômico entre 1950 e 1980 levou as empresas a se endividarem, em vez de optarem pela abertura de capital que, em sua opinião, é a atitude mais recomendada porque torna as sociedades capitalizadas menos vulneráveis ao ciclo econômico.

De qualquer modo, ao definir-se pelo modelo de desindexação proposto por André Lara Resende, Simonsen descartou as sugestões do professor Octávio Gouveia de Bulhões, que propõe o tratamento de choque com o marco de um dia a partir do qual tudo seria desindexado e os empréstimos congelados, e

também a sugestão do senador Roberto Campos, que propõe liberdade total para a desindexação. A idéia do senador é de que a indexação seria desoficializada e passaria a ser contratada livremente em função do interesse das partes. Contra esta proposta, Simonsen indicou que sua operacionalização dependeria em muito da expectativa inflacionária: "Se ninguém acreditar que a inflação vai cair, pode-se acabar com a indexação que ela não cai". Por isso mesmo a possibilidade de convivência de vários sistemas seria particularmente arriscada.

"Se fosse ministro, eu optaria pelo modelo do economista André Lara Resende, que, de todos, é o mais engenhoso", afirmou Simonsen, explicando que esta proposta supõe a introdução gradual da desindexação através da indexação à ORTN de uma nova moeda que passaria efetivamente à condição de padrão monetário do País

com a retirada de circulação do cruzeiro depois de algum tempo.

NOVA MOEDA

A idéia do economista Lara Resende é de que esta nova moeda equivallesse ao valor de um décimo da ORTN durante um período de doze meses, passando a funcionar como referencial para todos os ativos da economia. Assim, os contratos seriam convertidos para a nova moeda, compulsoriamente, tomando-se por base o valor médio da ORTN nos seis meses anteriores. "A lei preveria, ainda, que qualquer contrato na nova moeda tivesse cláusula de vínculo ao índice de preços apurado na nova moeda", explicou Simonsen.

No bojo da proposta, sugerem-se como medidas complementares um limite máximo de 10% para a expansão da base monetária ao ano, devidamente reconceituada na nova moeda e, ainda, a manutenção de um controle rigoroso sobre o déficit público em função do PIB.